

# Apresentação: o Brasil em perspectiva

Consumada a transição do regime autoritário para a democracia, o observador incauto poderia supor que muitos dos grandes desafios do país – desenvolvimento, inserção internacional, marginalização social, clivagens regionais, fortalecimento das instituições democráticas, dentre outros – estariam próximos de uma solução satisfatória e, quem sabe, até definitiva. Sensação eventualmente reforçada pela consolidação democrática, pela subsequente estabilidade econômica ou ainda pelas políticas distributivas mais recentes. O tempo presente, contudo, enseja uma agenda complexa de grandes questões irresolvidas que tem desafiado governos de diferentes orientações programáticas. Daí o tema *O Brasil pós-Lula: cenários e tendências contemporâneas* desta edição. Enfim, pensar o Brasil e seus dilemas.

Como dizíamos na chamada de artigos, *independente de juízo de valor sobre os dois governos do presidente Lula, parece axiomático que o país passou por importantes transformações políticas, socioeconômicas e culturais nesse período. Contudo, o cenário que se abriu a partir das eleições de 2010 carece de múltiplas interpretações e projeções. Tanto no que diz respeito às indefinições sobre os rumos da economia nacional e seu grau de interdependência com a economia global, quanto no que se refere ao desempenho das instituições políticas.* Desse amplo espectro de questões podem ser lembrados impasses centrais relacionados às instituições políticas, à sociedade, à economia, ao

desenvolvimento, à inclusão social, ao trabalho, à ciência e tecnologia, à inovação, ao meio ambiente e à sustentabilidade etc.

Ironia e capricho da História: de um lado, parece mesmo irrefutável a percepção de que já não temos déficit de democracia, não obstante eventuais reformas e aperfeiçoamentos inadiáveis; de outro, boa parte da agenda da transição parece ecoar com renitência. Certamente o cenário é outro, tanto no plano doméstico como na dinâmica internacional, mas é notável que ainda estejamos à procura de respostas para o modelo de Estado necessário ao desenvolvimento, sobre mecanismos estruturais de inclusão social ou, ainda, sobre o melhor caminho para a inserção soberana do país.

Mesmo que o tema do desenvolvimento esteja na ordem do dia, nada assegura que *predomine uma agenda desenvolvimentista*, observa o sociólogo Brasília Sallum Jr., cuja entrevista abre esta edição. Mais: *a esquerda vem se contentando com programas de transferência de renda, elevação real do salário mínimo e políticas facilitadoras da mobilidade social, medidas que nada mais são do que tendentes a ‘civilizar’ o capitalismo.* E completa: *são medidas vitais, mas ainda não tivemos políticas que interferissem no acesso à propriedade na perspectiva de incorporar essa população de forma a regular o sistema produtivo.* De certa forma estaríamos nos encaminhando para um impasse, adverte Brasília: *estamos nos aproximando de uma conjuntura crítica que exigirá dos brasileiros*

*a construção de mecanismos que permitam aumentar significativamente a taxa de investimento público e privado, sob pena de não conseguirmos construir suporte material à altura de nossas ambições sociais e políticas.*

Na sequência, o cientista político Sebastião Velasco observa que o segredo do êxito do governo de Lula pode ser associado à *forma como logrou combinar continuidade e mudança*. Mas vai além: os desafios envolvem a combinação de *crescimento e estabilidade macroeconômica num quadro de crise econômica internacional prolongada*. Impasses que poderiam ser traduzidos em *trazer os juros para patamares ‘civilizados’ e conter a sobrevalorização do real, articulação de políticas governamentais para garantir que as oportunidades abertas pelo pré-sal, em termos de encadeamentos produtivos e salto tecnológico, sejam devidamente aproveitadas, além de investimento maciço para suprir as imensas carências sociais do país como alavanca para o desenvolvimento tecnológico*. Maioria político-parlamentar a coalizão eleita em 2010 certamente dispõe, o que é bastante diferente de construir capacidade de governo (e hegemonia, em sentido amplo) para fazer valer a agenda acima sintetizada. A esse desafio devem ser agregadas necessariamente variáveis internas e externas nem sempre controláveis.

Em seguida, textos de dois economistas da UNICAMP. Marcio Pochmann, também presidente do IPEA, argumenta que o período contemporâneo se distingue por importantes transformações do sistema capitalista internacional. Dessa perspectiva, aborda o *reposicionamento brasileiro na dinâmica capitalista, com destaque para suas consequências no mundo do trabalho*. A perda relativa da importância dos EUA e a emergência da China abrem a oportunidade para o Brasil redefinir seu modelo de desenvolvimento. Já Wilson Cano focaliza os impasses das políticas macroeconômicas e os paradoxos dos processos de industrialização e desindustrialização. A ausência de políticas industrial e de desenvolvimento, articulada aos juros altos, à falta de investimento, ao câmbio sobrevalorizado e à abertura comercial, concorrem decisivamente para uma desindustrialização que fragiliza o país e compromete sua economia. Em suma, argumenta que sem uma política macroeconômica coerente com a política industrial, o desenvolvimento fica comprometido. O subdesenvolvimento não seria uma casualidade, e sim um processo que se inicia muito antes e do qual o Brasil ainda não se livrou nem conseguirá fazê-lo facilmente.

Seguindo a melhor tradição do conhecimento

multidisciplinar, o diplomata Ademar Seabra da Cruz Jr. trata das relações de interdependência entre o fenômeno da globalização, o sistema econômico internacional e a inovação. Esta é tomada como ferramenta determinante para o desenvolvimento em cenários de economias abertas a *investimentos e transferência de conhecimento*. Particularmente para o Brasil, a inovação seria uma premissa em sua dimensão sistêmica, *compreendendo instituições, universalização da educação fundamental de qualidade, coeficientes de empregabilidade, interação entre setores doméstico e internacional e, mais especificamente, a redução da parcela ocupada pelo agronegócio no PIB e nas exportações, em proveito de setores intensivos em conhecimento e geradores de vantagens competitivas dinâmicas*. Postulados normativos intrigantes se se considerar a pauta de exportações do Brasil e os impasses das políticas de Pesquisa e Desenvolvimento e de Ciência e Tecnologia.

Fechando o dossiê temático, Paulo Kageyama e João Dagoberto dos Santos analisam a política ambiental nos governos Lula e destacam os desafios deste tema no próximo período. Toma-se como ponto de partida que o desafio de construir uma *forma justa de viabilizar o desenvolvimento com a proteção do meio ambiente* tem escala planetária. Portanto, o dilema se traduz, de um lado, em combinar conservação e usos sustentáveis e, de outro, em formular políticas públicas baseadas no princípio da transversalidade. Problemas que ganham materialidade em questões controversas como a legislação dos recursos genéticos e a distribuição de seus benefícios, a preservação amazônica, ações relativas às mudanças climáticas e ao uso e conservação da agrobiodiversidade. Temas ainda mais polêmicos quando tratados no bojo do novo Código Ambiental em tramitação no Congresso Nacional, quando ressurge a contradição entre desenvolvimento e conservação.

*Revista Faac* não pode reivindicar exclusividade na problematização dos dilemas do Brasil, tampouco ter a pretensão de responder categoricamente às indagações perturbadoras que se colocam para o país, mas os textos aqui apresentados oferecem hipóteses e pistas valiosas. Nesse sentido provocativo inerente ao conhecimento, a missão está cumprida.

Abrindo a seção de Artigos Livres, o sociólogo argentino Pablo Alabarces mergulha no universo do futebol – tema ainda relativamente pouco explorado nas pesquisas acadêmicas. E o faz de forma original ao tratar da relação entre globalização e futebol sob o enfoque do local-global. Sustenta, então,

que a circulação das mercadorias globais mantém seus formatos locais, mesmo porque a tendência à internacionalização esportiva é bastante antiga e a dimensão globalizadora assume expressão, sobretudo, midiática.

Enveredando pela mesma temática – em confirmação à suspeita de que o futebol constitui um tema cada vez mais atraente na agenda científica –, o comunicólogo Anderson Santos postula novas abordagens das humanidades que superem a dicotomia metodológica entre alienação e ascensão social. Para tanto, explora as abordagens adorniana e benjaminiana e acrescenta a perspectiva de Gumbrecht como recurso analítico.

Fechando a seção, a cientista social argentina Matilde Rodríguez trata de uma matéria recorrente: as relações da Política com o Direito no contexto da democratização de seu país. Assim, contesta a tradição positivista do Direito que o resume a disciplina destituída de conotação política e recupera a abordagem de Guillermo O'Donnell segundo a qual *é necessário inverter o processo de 'inefetividade da lei'*

*que se verifica e se manifesta na perda de confiança de parte da cidadania em relação à agência judicial e aos seus operadores jurídicos em geral.* Exigência que se amplia normativamente com uma nova formação nas escolas de Direito.

Por fim, Fernando Azevedo analisa o livro *Regulação das comunicações – História, poder e direitos*, de Venício Lima. Em uma sociedade democrática e de massas, o papel da mídia é um objeto permanente de estudos, ainda mais se deslocado para a ótica de seu correspondente marco regulatório. Pois é dessa perspectiva que Azevedo interpreta a obra: *a democratização, para ele [Venício Lima], só será possível através da regulação das comunicações e de políticas públicas que incentivem mídias alternativas e democratizem a legislação de rádios, jornais e TVs comunitárias conjugada com a criação de um sistema de mídia público.* Reflexão rigorosamente contemporânea, registre-se.

O Editor